

# A COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul

## THE COLONY OF SÃO LEOPOLDO: the first phase of German colonization in Rio Grande do Sul

*Jorge Luiz da Cunha<sup>1</sup>*

**Resumo:** Considerando a complexa realidade brasileira na passagem da condição de colônia portuguesa para a de país independente, a análise introdutória deste texto procura recuperar informações e reconstituir o contexto em que iniciou a colonização com imigrantes alemães, no começo do século 19, resultando na fundação da colônia de São Leopoldo, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A experiência histórica registrada por diferentes fontes documentais e interpretações historiográficas sobre São Leopoldo é um interessante indicativo quanto às possibilidades de aprofundar as pesquisas e confrontar resultados sobre o papel da colonização e imigração alemã no sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Imigração alemã. Colonização alemã. Colônia de São Leopoldo.

**Abstract:** Considering the complex Brazilian reality in the transition from the condition of being a Portuguese colony to that of an independent country, the introductory analysis of this text seeks to recover information and reconstitute the context in which colonization with German immigrants began in the early 19th century, resulting in the founding of the colony of São Leopoldo, in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul. The historical experience recorded by different documentary sources and historiographical interpretations on São Leopoldo is an interesting indication as to the possibilities of extending the research and comparing results on the role of colonization and German immigration in the south of Brazil.

**Keywords:** German immigration. German colonization. Colony of São Leopoldo – RS.

### 1 INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres foram as três colônias fundadas pelo governo geral, sob as mesmas bases do estabelecimento dos colonos suíços em Nova Friburgo, Rio de Janeiro: concessão gratuita de terras, ferramentas e subsídios.

O cumprimento das promessas e vantagens aos colonos de São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres nem sempre aconteceu. Houve problemas principalmente no que dizia respeito à demarcação dos lotes, problemas somados ao descumprimento de alguns itens do decreto de 1818 (BRASIL,

1891, p. 46-52). Estes fatos levaram o governo prussiano a intervir, o que resultou na autorização, por parte do governo imperial brasileiro, do pagamento das passagens, subsídios diários e concessão gratuita dos lotes (LANDO; BARROS, 1980).

Estes fatos marcaram a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul, e o contexto em que se deram merece algumas reflexões.

Marcada sobremaneira pela necessidade do governo, na época da independência e mesmo antes, de criar uma classe média na estrutura social brasileira, então formada pela aristocracia escravista de um lado e pelos sem posses de outro. Uma classe média que deve-

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Doutor em História Medieval e Moderna Contemporânea pela Universität Hamburg (Alemanha). Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFSM. E-mail jlcunha11@yahoo.com.br.

ria ser capaz de desenvolver a policultura, tão necessária ao abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha (OBERACKER JR., 1967, p. 220-221; CUNHA, 1991, p. 54-64; CUNHA, 1995, p. 30-33).

Esta preocupação já se fazia presente mesmo antes da vinda da corte portuguesa para o Brasil. Pombal manifestou esta intenção ao tentar criar colônias de açorianos, nos extremos norte e sul do Brasil, para a formação de uma classe média econômica e socialmente independente dos latifundiários. Contudo, “o espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve todos os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos” (OBERACKER JR., 1967, p. 221).

Dom João, em 1808, tinha como intenções o aumento considerável da população, para promoção da riqueza e prosperidade do sul do país, e a defesa das fronteiras em tempo de guerra.

A partir de 1810, manifestou-se mais claramente uma nova preocupação, o suprimento de braços para a economia, que urgia ser repensado diante das pressões inglesas.

Em março de 1809, a Inglaterra, ansiosa por novos mercados para suas manufaturas, aboliu o tráfico africano para todos os seus súditos e colônias e passou a pressionar seus aliados para que adotassem medidas semelhantes. O sistema escravista vigente no Brasil consistia num sério obstáculo à expansão inglesa. Nesta forma de trabalho, o escravo era privado de poder aquisitivo, o que limitava a expansão do mercado para as mercadorias inglesas. A Inglaterra tinha interesse em aumentar seu mercado consumidor, e para isso era imprescindível que se abolisse a escravidão. Diante disso, Portugal, durante as guerras napoleônicas, inteiramente dependente da potência inglesa, viu-se obrigado, pelo tratado de amizade e comércio assinado em 19 de fevereiro de 1810, a condenar por princípio o tráfico e limitá-lo ao sul do Equador. Em 1817, Portugal assinou uma nova convenção com a Inglaterra onde era prevista a completa extinção do tráfico negreiro e estipulada a mútua investigação de seu cumprimento (CUNHA, 1995, p. 32-33).

Com a independência, o Brasil, necessitado do apoio inglês, reconheceu os tratados e convenções celebrados por Portugal em nova convenção assinada em 23 de novembro de 1826, ratificada em 13 de março de 1827, onde se previa a proibição completa do tráfico de escravos a partir de 13 de março de 1830. Um decreto imperial de novembro de 1831 previa castigos aos trans-

gressores da proibição e liberdade dos escravos contrabandeados, e, finalmente, outro decreto, de 12 de abril de 1832, ordenava a execução obrigatória dessas leis (BRASIL, 1892, 1892a, 1892b, 1892c, 1892d; BEIGUELMAN, 1967, p. 220-221). Todo este aparato judicial não passou de letra morta, apesar das constantes e insistentes pressões inglesas, que acabaram produzindo resultado somente em 1850, com a radicalização provocada pela chamada *Aberdeen Act* (de 8 de agosto de 1845, com este nome em homenagem ao ministro inglês de relações exteriores Lord Aberdeen) ou *Slave Trade Suppression Act*, promulgada pela Inglaterra, proibindo o tráfico de escravos africanos (CUNHA, 1995, p. 32).

A primeira fase da colonização com imigrantes não portugueses foi pautada pela expectativa da supressão do tráfico. Os grandes fazendeiros, mais capitalizados, compravam todos os escravos que podiam, exatamente dos pequenos proprietários produtores de alimentos. Os gêneros de primeira necessidade se tornavam escassos e seu preço subia de forma alarmante (CUNHA, 1995, p. 33).

Esta situação ocupou o governo imperial nos primeiros anos da independência. O estabelecimento de colônias de estrangeiros, pequenos proprietários que utilizavam sua própria força de trabalho, nas regiões não ligadas diretamente à produção destinada ao mercado externo, atenuou os efeitos da crise de mão de obra na produção de alimentos e permitiu a migração de escravos destas regiões para as regiões monocultoras, substituindo o braço escravo pelo braço imigrante na produção de alimentos.

Além da questão da supressão do tráfico, há um ponto que não deve ser desprezado na análise do contexto que motivou o começo da imigração e colonização alemã no Brasil, a necessidade política de formação de esquadrões de soldados que defendessem a independência brasileira ante as pretensões portuguesas.

Através da ordem imperial de 8 de janeiro de 1823 foi determinada a criação de um regimento de estrangeiros. Este primeiro regimento de estrangeiros foi composto por suíços, da colônia de Nova Friburgo, e completado por sujeitos forçados ao recrutamento, de todas as nacionalidades, marujos desertores, desempregados, entre outros (SCHMID, 1951, p. 14-15).

Pouco antes da proclamação da independência, em 1º de setembro de 1822, embarcou para a Europa, onde chegou 95 dias depois, o Major von Schäffer. Suas instruções eram as de obter a adesão dos governos da Santa Aliança para a causa brasileira e angariar mercenários para a guerra iminente contra Portugal (SCHÄFFER, 1824, p. 18; SCHÄFFER, 2007, p. 26).

A segunda parte de sua missão Schäffer executou em Hamburgo, entre 1824 e 1826, e Bremen, entre 1826 e 1828, de onde foram embarcados para o Brasil, em 21 expedições, cerca de 4.500 imigrantes (SCHRÖDER, 1930, p. 47-50; OBERACKER JR. 1975, p. 88-89; MÜHLEN, 2013, p. 71-86):

Com os primeiros transportes, organizados pelo major Schäffer em Hamburgo, foram embarcados vários apenados das casas de detenção e trabalho de Mecklenburgo-Schwerin, e de Hamburgo. De Mecklenburgo-Schwerin foram deportados ao todo 345 reclusos e apenados das Casas de Trabalho, Casas de Correção e Penitenciárias (Landarbeitshäuser und Straf- und Korrekptionsanstalten). De Hamburgo foram enviados, em março de 1824, 11 apenados e, em maio do mesmo ano, 28. Dos embarcados no navio *Germania*, em maio, cinco foram fuzilados durante a viagem, por insubordinação e motim (CUNHA, 1999, p. 1145).

Motivado pela crescente oposição que vinha sofrendo de empresários e armadores de Hamburgo e, principalmente, pela não obtenção do reconhecimento, por parte do Senado, de sua condição de encarregado dos negócios do Império do Brasil (RICHTER, 1977, p. 87-126), Schäffer transferiu suas atividades para Bremen, em 1826.

Em Bremen, o Senado, encabeçado pelo Bürgermeister Smidt, procurava realizar o plano de ampliação e desenvolvimento do porto e esperava, através de Schäffer, melhorar suas relações com o Brasil e selar um tratado comercial (RICHTER, 1977, p. 124). Schäffer designou o comerciante Ludwig Friedrich Kalkmann como vice-cônsul do Brasil em Bremen e determinou a abertura de uma agência para averbamento e contratação de colonos e soldados. Em 1º de julho de 1826, a fragata *Frederik*, de F. & E. Delius, partiu para o Rio de Janeiro com o primeiro transporte de imigrantes para o Brasil (ENGELSING, 1961, p. 21).

O modo como se processou na Europa o recrutamento de colonos e soldados e o fracasso da organização dos batalhões de estrangeiros resultaram em completo descrédito da imigração para o Brasil entre os opositores de D. Pedro I no Brasil, de um modo contundente, e entre a maioria dos governos europeus, especialmente na Alemanha.

Com a lei de orçamento de 1830, projetada para os anos financeiros de 1831 e 1832, foram abolidas quaisquer despesas com imigração e colonização para todas as províncias do império brasileiro (BRASIL, 1876, p. 108). A lei de orçamento de 1830 espelha a crescente oposição à política de D. Pedro I e foi uma reação ao excesso de dinheiro gasto com os batalhões de alemães.

Interrompeu-se também, assim, a contratação de mercenários para o Império como motivação para a entrada de estrangeiros no país, pelo menos até 1851, quando chegou ao Brasil a Legião Alemã, com 1.770 soldados (PORTO, 1934, p. 219; BECKER, 1938, p. 43; SOMMER, 1926; SCHMID, 1949).

## 2 A COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes da Real Feitoria do Linho Cânhamo e Estância Velha. A primeira Real Feitoria do Linho Cânhamo foi fundada na Ilha de Canguçu, na Laguna dos Patos, em 1783, devendo dedicar-se à produção de linho para a fabricação de cordoalha náutica, para a Coroa. Em 1803, a Real Feitoria do Linho Cânhamo foi transferida para o "*Fachinal da Courita*" (Feitoria Velha), junto da margem esquerda do Rio dos Sinos. No mesmo lugar, na margem direita do Rio dos Sinos, entre os arroios das Pedras, Portão e Costa da Serra, em terras de campos e matos desapropriados no começo do século 19 para a criação de gado, localizava-se a Estância Velha. A Feitoria Velha e Estância Velha foram extintas em 1824 com a fundação de São Leopoldo (WAPPÁUS, 1871, p. 1833; PETRY, 1947, p. 146; CUNHA, 2015, p. 85).

Esta primeira experiência no Rio Grande do Sul não dispunha de uma regulamentação legal própria. Os primeiros alemães que nela se estabeleceram receberam as vantagens oferecidas aos colonos de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

Em 1818, através do Decreto de 16 de maio (BRASIL, 1891, p. 46-52) que deu caráter legal a um tratado longamente negociado entre o Governo do Rio de Janeiro e Sébastien Nicolas Gachet, representante do Cantão de Friburgo e autorizado pela Confederação Suíça, foi aprovada a criação de uma colônia de suíços, de cem famílias, no Rio de Janeiro, Nova Friburgo, estabelecida em 1819 (NICOU LIN, 1973, p. 108-172; CUNHA, 2015, p. 84-85).

Nova Friburgo inaugurou uma tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil. Os colonos do Cantão de Friburgo, todos católicos, conforme determinava o decreto, receberiam passagem paga da Suíça para o Rio de Janeiro e daí para a colônia (art. 2º), terra em plena propriedade por concessão gratuita, além de bois, cavalos, vacas, ovelhas, cabras, porcos e diversas variedades de sementes (art. 4º). Os colonos suíços receberiam ainda, a título de diárias, 160 réis por cabeça no primeiro ano de estabelecimento e 80 réis no segundo ano (art. 5º). Todos seriam, assim de sua che-

gada, naturalizados portugueses, gozando de todos os direitos dos demais vassallos do reino (art. 13º).

Nova Friburgo não correspondeu às expectativas. As intenções e o capital empregado não corresponderam aos resultados, e a maioria absoluta dos imigrantes suíços abandonou a colônia de Nova Friburgo, dirigindo-se para o Rio de Janeiro, onde muitos se instalaram como artesãos ou foram engajados na organização do primeiro batalhão de estrangeiros em 1823 (SCHMID, 1951, p. 15; LIENAU, 1826, p. 105; SCHUMACHER, 1826, p. 58).

São Leopoldo era uma colônia sob a responsabilidade do governo imperial, criada por D. Pedro I, e acobertava os interesses estratégicos da Coroa, que recrutava na Europa imigrantes, em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros do imperador e à fundação de colônias em regiões remotas do sul do país para a defesa de suas províncias parcamente povoadas. Oberacker Jr. (1975, p. 6) assinala, em nota de rodapé, que também o ministro Carvalho e Melo se ocupou com a ideia de criação de colônias agromilitares, que tornassem possível garantir, permanentemente, a defesa das fronteiras com as novas repúblicas hispano-americanas, mandando que Tales da Silva (ministro do Brasil em Viena) lhe enviasse informações sobre a organização deste tipo de colônias no Império Austro-Húngaro. Tales da Silva enviou, de Viena, para Carvalho e Melo, no Rio de Janeiro, o livro de Karl Hetziger, "Fronteiras Militares", escrevendo: "pela ideia que tenho dessas colônias, me parecem um estabelecimento de militares que são ao mesmo tempo agricultores [...], o que será mui vantajoso na nossa querida pátria [...], pois, o esgrimir com uma mão a espada não impede a outra de guiar o arado."

Os primeiros colonos imigrantes chegaram à nova colônia, que recebeu o nome de São Leopoldo, em julho de 1824. Cada família recebeu, gratuitamente, um lote de 160.000 braças quadradas. Ainda em 1824, foi escolhido o local para a povoação, junto da sede da antiga feitoria, logo depois transferido para a margem do Rio dos Sinos, no lugar chamado de Passo Geral, onde em 1828 começou a ser construída a primeira igreja católica e onde em 1833 foram demarcados as primeiras quadras e lotes urbanos (TSCHUDI, 1868, p. 20; PELLANDA, 1925, p. 55-57).

Quanto à entrada de imigrantes na colônia de São Leopoldo, entre 1824 e 1828, chegaram 3.050 (RIO GRANDE DO SUL, 1867; KALKMANN, 1847; TSCHUDI 1868, p. 23; PORTO, 1934, p. 41, p. 163). Em 1829 chegaram e foram assentados 1.689, e eram na maioria soldados que haviam dado baixa das tropas alemãs de D. Pedro I (DER DEUTSCHE AUSWANDERER, 1850,

p. 474). No período entre 1830 e 1840 não se registraram entradas de novos imigrantes. Este fato foi motivado pela aprovação da lei de orçamento, em dezembro de 1830. A falta de verbas para a colonização estrangeira logo foi agravada, no Rio Grande do Sul, pela eclosão da guerra civil, a Revolução Farroupilha (1835-1845).

Até o começo da Revolução Farroupilha, em 1835, as maiores dificuldades enfrentadas pelos colonos em São Leopoldo foram os ataques e confrontos de indígenas, nas linhas mais afastadas do centro da colônia (SCHRÖDER, 1930, p. 51), e o fornecimento de contingentes militares para a Guerra Cisplatina. Este último fator acabou se tornando igualmente um estimulador de desenvolvimento econômico para a colônia que, transformou-se em principal fornecedora, não somente de alimentos, mas, também, de material de cavalaria para as tropas imperiais em luta no Uruguai.

Por ocasião da Revolução Farroupilha, o comércio e a comunicação na colônia e da colônia com seus mercados foram interrompidos. Saques e mortes, durante quase 10 anos, estiveram na ponta dos acontecimentos. Pouco importava quais tropas cruzassem as linhas de São Leopoldo. Imperiais e republicanos levavam consigo o que lhes interessava. Muitas famílias deixaram a colônia e instalaram-se nas proximidades de Rio Pardo, Santa Maria e Pelotas (DER DEUTSCHE AUSWANDERER, 1847, p. 634-635; KALKMANN, 1847).

Os colonos de São Leopoldo dividiram-se. Uns, liderados por João Daniel Hillebrand, nomeado diretor da colônia em 1836, colocaram-se ao lado dos legalistas, outros, principalmente os católicos, liderados pelo pastor protestante Christian Klingelhöfer e seu filho Hermann e por outros antigos oficiais como Friedrich Otto Heise, Hermann von Salisch, Johann Friedrich Krieger, Friedrich Engerer, Anton Ludwig Schröder e Johann Jacob Agner, entre outros (OBERACKER JR. 1955, p. 224), das tropas alistadas por Schäffer para o imperador D. Pedro I, perfilaram-se ao lado dos revolucionários farroupilhas. Na colônia travaram-se importantes combates, e os conflitos entre os partidários de legalistas e farroupilhas praticamente paralisaram as atividades produtivas em São Leopoldo durante 10 anos. No começo da revolução, em 1835, a população da colônia era de 5.223 pessoas; nove anos depois, a população somava apenas 5.208 habitantes (TSCHUDI, 1868, p. 22-23).

Koseritz (RIO GRANDE DO SUL, 1867, p. 4) registrou em seu relatório de 1867 que São Leopoldo começou a desenvolver-se somente depois de 1846. A guerra civil entre 1835 e 1845 dividiu a população, e a

colônia foi por diversas vezes palco de batalhas que reduziram São Leopoldo a um “montão de ruínas”, obrigando seus habitantes, reduzidos à miséria, a começar de novo.

Terminado o conflito, ainda em 1844, reiniciou a afluência de imigrantes alemães para São Leopoldo.

Provavelmente com o intuito de estimular a emigração alemã para o Rio Grande do Sul, em 1850 o jornal *Der Deutsche Auswanderer* (1850, p. 475) afirmava que diante do volume de exportações da colônia de São Leopoldo era possível reconhecer que, ainda que as marcas da guerra civil não tivessem desaparecido da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, não eram mais encontradas na colônia.

Kalkmann (*DER DEUTSCHE AUSWANDERER*, 1847, p. 669), que visitou São Leopoldo em novembro de 1846, afirma que havia muito dinheiro na colônia, pois as necessidades dos colonos eram supridas pelo seu próprio trabalho em suas próprias terras. As vacas, porcos, galinhas, e muita caça (“da qual qualquer um podia usufruir”), algodão para as roupas mais simples e um pouco de fumo garantiam tudo o que era necessário. Apenas sal, ferramentas, munição e vez ou outra um copinho de vinho eram as despesas que os colonos faziam fora de suas propriedades. Acreditava que algumas famílias haviam juntado razoável fortuna e afirma que muito poucos dos colonos de São Leopoldo eram pobres.

A maioria dos colonos de São Leopoldo era protestante. Na colônia, no final de 1846, existiam, entre igrejas e capelas, oito protestantes e quatro católicas, atendidas por dois pastores e um padre católico. Até então tudo corria bem em matéria de tolerância religiosa, sem nenhum problema entre as diferentes confissões. As pessoas, independentemente de seus catecismos, em regra geral visitavam aos domingos a igreja mais próxima de suas casas (KALKMANN, 1847; *DER DEUTSCHE AUSWANDERER*, 1847, p. 685-686). Quanto aos protestantes, especialmente os de São Leopoldo, Hörmeyer (1857, p. 207) afirma que a falta de pastores criou condições para o aparecimento de pseudo ou falsos pastores, chamados pela população de *Schnapsfarrer* (BÜRGER, 1926, p. 381).

A preocupação com o desenvolvimento cultural das populações das colônias alemãs do sul do Brasil, em um país em que a religião católica era a religião do Estado, e o reconhecimento da importância da religião protestante na manutenção dos vínculos culturais, e em extensão também econômicos, com a Alemanha manifestou-se desde o começo da imigração alemã para o Brasil. Contudo, somente a partir de 1864 foram toma-

das medidas mais concretas no sentido de organizar as comunidades protestantes alemãs no Rio Grande do Sul e vinculá-las à Igreja Alemã (COMITÉ..., 1869, p. 6).

Em 1864, o Conselho Superior da Igreja Prussiana (Preussischer Oberkirchenrat) enviou para São Leopoldo o pastor Borchard, com a função de organizar uma primeira sociedade de professores e um primeiro sínodo (“*eines ersten allgemeinen deutschen Lehrervereins und einer ersten Synode*”), estruturas que perduraram apenas até 1870, quando Borchard retornou para a Alemanha, principalmente devido à desconfiança de pastores não acadêmicos e ao receio em filiar o recém-criado sínodo à estrutura de governo do Estado prussiano. O fracasso do sínodo organizado por Borchard, o contínuo crescimento do “*vielverbreitetes Pseudopfarrentum*” e o episódio dos Mucker não deixaram de atestar a fragilidade da organização inicial dos protestantes no Rio Grande do Sul.

Em 1874, com a chegada do pastor Dr. Rotermund (nascido em Lüneburg, 1843, que estudara teologia em Erlangen e Göttingen) iniciou-se um longo e penoso processo de organização e valorização do protestantismo luterano a partir de São Leopoldo. Rotermund fundou em 1877 a “*Evangelische Buchhandlung*”, depois Editora Rotermund, responsável por ampla gama de publicações destinadas às escolas e às famílias alemãs no Rio Grande do Sul; organizou as comunidades evangélicas protestantes na luta pela igualdade de direitos religiosos; e finalmente, em 1886 (19 e 20 de maio), Rotermund conseguiu realizar a primeira reunião sinodal, fundando o Sínodo Riograndense (FAUSEL, 1936; GEISLER; MICHAELIS, 1938, p. 179-199; DREHER, 2003; 2014).

Os católicos queixavam-se da falta de sacerdotes alemães, que pudessem atender suas necessidades religiosas. Estavam dispostos a arcar com todos os custos necessários para poderem assistir ao sermão da missa aos domingos em sua própria língua. O padre que então atendia São Leopoldo não falava sequer uma palavra em alemão (KALKMANN, 1847; *DER DEUTSCHE AUSWANDERER*, 1847, p. 685-686). Desde 1849 os católicos passaram a ser atendidos por jesuítas austríacos, que organizaram as comunidades católicas nas principais colônias alemãs do Rio Grande do Sul a partir de São Leopoldo.

Em 1849, o diretor colonial Hillebrand calculava o valor da exportação de São Leopoldo em 450 contos de réis e informava que os colonos experimentavam a cultura do fumo e do algodão com sementes importadas de Cuba e de Virginia. O crescimento da população acompanhou o crescimento econômico. Em 1849 já eram 9.393 os habitantes de São Leopoldo, entre eles

229 escravos: “Um número demasiado grande num distrito que pode dispor de tantos braços livres. Muito se precisa de uma lei que proíba inteiramente a introdução de escravos nos distritos coloniais da província” (Relatório de João Daniel Hillebrand, diretor da colônia de São Leopoldo, de 1850, citado por PELLANDA, 1925, p. 61).

Em 1854 a colônia de São Leopoldo foi transformada em município, um dos mais prósperos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, graças à sua proximidade com a capital, Porto Alegre, seu principal mercado e porto de exportação de seus produtos.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Rudolf. **Deutsche Siedler in Rio Grande do Sul: Eine Geschichte der deutschen Einwanderung.** Ijuí: Ulrich Löw, 1938.
- BEIGUELMANN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BRASIL. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1830.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1818.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1810.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1817.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892a.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1826.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892b.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1827.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892c.
- BRASIL. **Collecção das leis do Brasil, de 1830 a 1832.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892d.
- BÜRGER, Otto. **Brasilien: Eine Landes- und Wirtschaftskunde für Handel, Industrie und Einwanderung.** Leipzig: Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung, 1926.
- COMITÉ FÜR DIE PROTESTANTISCHEN DEUTSCHEN IN SÜDBRASILIEN. **Die Arbeit unter den Evangelischen Deutschen in Südamerika:** Dritte Mittheilung des Comité's für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien. Barmen, 1869.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumiicultura:** Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation:** Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os interesses políticos e econômicos na colonização do sul do Brasil com alemães. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda M. Gricoli (Org.). **História: fronteiras.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 20., 1999, Florianópolis. São Paulo, Humanitas – FFLCH/USP, 1999. p. 1141-1157.
- \_\_\_\_\_. Os efeitos práticos das políticas provinciais e imperiais sobre a colonização de territórios do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus no século XIX. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (Org.). **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil.** Caxias do Sul, Educus, 2015. p. 80-101.
- DER DEUTSCHE AUSWANDERER. n. 40-43. Darmstadt, 1847.
- DER DEUTSCHE AUSWANDERER. n. 30. Frankfurt a.M., 1850 (27. Juni). 4. Jahrgang.
- DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.** São Leopoldo: Sinodal, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Wilhelm Rotermund: seu tempo, suas obras.** São Leopoldo: Oikos, 2014.
- ENGELSING, Rolf. Bremen als Auswandererhafen, 1683-1880. In: **Veröffentlichungen aus dem Staatsarchiv der Freien Hansestadt**, Bremen, Heft 29, 1961.
- FAUSEL, Erich. **Dr. Rotermund, ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien.** São Leopoldo: Rotermund, 1936.
- GEISSLER, Bruno; MICHAELIS, Otto. **An der Front: Evangelische Kämpfer des Deutschtums im Ausland.** Leipzig/Hamburg: Gustav Schloëßmanns, 1938.
- HÖRMEYER, Joseph. **Südbrasilien: Ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann insbesondere für Auswanderer.** Hamburg: Würger, 1857.
- KALKMANN, Ludwig Friedrich. **Reisebriefe aus Brasilien, mit besonderer Rücksicht auf die deutsche Auswanderung.** Bremen: Schünemann, 1847.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração & colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LIENAU, J. F. v. **Darstellung meines Schicksals in Brasilien und der von mir gemachten Erfahrungen über die Behandlung der durch den Major Dr. Schäffer dahin beförderten Europäischen Auswanderer im Allgemeinen, besonders in militärischer Hinsicht.** Nebst mehreren merkwürdigen Aktenstücken herausgegeben von J. F. Lienau, Königl. Dänischem Capitain der Infantarie ausser Diensten. Schleswig, 1826.
- MÜHLEN, Caroline von. **Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX).** Santa Maria: UFSM, 2013.

NICOULIN, Martin. **La genèse de Nova Friburgo**: emigration et colonisation suisse au Brésil 1817-1827. Fribourg: Éditions universitaires, 1973.

OBERACKER Jr., Carlos Henrique. **Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation**. São Paulo: Herder, 1975.

\_\_\_\_\_. **Jorge Antônio von Schaeffer**: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

\_\_\_\_\_. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

PETRY, Leopoldo. O município de São Leopoldo. In: **Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo**. Porto Alegre: Globo, 1947.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Solaris, 1934.

RICHTER, Klaus. Hamburgs Rolle im Interessenkonflikt um die ersten Auswanderungen nach Brasilien. **Zeitschrift des Vereins für Hamburgische Geschichte**, Hamburg, 63, p. 87-126, 1977.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da administração central das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Apresentado a Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente intérprete da colonização Carlos von Koseritz. Porto Alegre, 1867.

SCHÄFFER, Georg Anton von. **Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilischer und politischer Beziehung**. Altona: Hammerich, 1824.

\_\_\_\_\_. **O Brasil como império independente**: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político – 1824. Santa Maria: UFSM, 2007.

SCHMID, Albert. **Die “Brummer”**: Eine deutsche Fremdenlegion in brasilianischen Diensten im Kriege gegen Rosas. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1949.

\_\_\_\_\_. **Deutsches Söldnerschicksal in Brasilien**: Die Fremdenbataillone des Kaisers Dom Pedro I; ihre Revolte und ihre Auflösung. Porto Alegre, 1951.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Die deutsche Einwanderung nach Brasilien bis zum Jahre 1859**. Hamburg: Ev. Hauptverein f. dt. Ansiedlung u. Auswanderung, 1930.

SCHUMACHER, P. H. **Beschreibung meiner Reise von Hamburg nach Brasilien im Juni 1824 nebst Nachrichten über Brasilien bis zum Sommer 1825 und über die Auswanderer dahin**: Der Wahrheit gemäss und zur Warnung niedergeschrieben von P. H. Schumacher, vormals Kommandant an Bord eines Kolonisten-Transport Schiffes. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1826.

SOMMER, Friedrich. Die “Brummer” in der deutschbrasilianischen Geschichte. In: **Der Ausland-Deutsche**. Stuttgart: Institut für Auslandsbeziehungen, n. 21-22, 1926.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Reisen durch Südamerika**. v. IV. Leipzig: Brockhaus, 1868.

WAPPÄUS, Johann Eduard. **Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien**. Leipzig: Verlag der I.C. Hinrich'sschen Buchhandlung, 1871.